

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG
CURSO DE DIREITO
SIMONE COTRIM LOMBARDI DA COSTA

PARALELO ENTRE O SISTEMA PRISIONAL CONVENCIONAL E O
MÉTODO APAC

FORMIGA – MG
2012

SIMONE COTRIM LOMBARDI DA COSTA

**PARALELO ENTRE O SISTEMA PRISIONAL CONVENCIONAL E O
MÉTODO APAC**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Direito do
UNIFOR-MG, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em Direito.

Orientador: Altair Resende de
Alvarenga.

FORMIGA – MG
2012

Simone Cotrim Lombardi da Costa

PARALELO ENTRE O SISTEMA PRISIONAL CONVENCIONAL E O
MÉTODO APAC

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Direito do UNIFOR-MG, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Direito.

BANCA EXAMINADORA

Altair Resende de Alvarenga
Orientador

(Examinador)
UNIFOR - MG

(Examinador)
UNIFOR - MG

Formiga, 19 de novembro de 2012.

Dedico esta monografia primeiramente a Deus em seguida aos meus familiares pelo amor e apoio que sempre prestaram a mim nesta conquista e na trajetória de toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Desejo neste momento tão esperado agradecer primeiramente a Deus, que sempre esteve comigo em todos os momentos durante todos esses anos. Sem ti Pai, nada seria possível, aliás, sem ti eu mesma nada seria! Quero agradecer a minha família, minha mãe Ionice, meu marido Jorge Luiz e minha filha Monique, vocês me apoiaram, me incentivaram, me fizeram acreditar que era possível, sempre apostaram em meu potencial, me fazendo crer que meu futuro nessa profissão seria promissor, por isso é que consegui percorrer esses 5 anos de estudo e aprendizado, obrigada, amo muito vocês! Aos meus colegas e professores quero dizer que valeu a pena estar com cada um de vocês, foi grande o legado transmitido e diversas emoções vivenciadas. Estou muito feliz por ter chegado até aqui e concluído essa etapa, me sinto honrada em poder dividir essa felicidade com todos vocês.

RESUMO

Atualmente o Sistema Penitenciário Convencional em grande parte de seus estabelecimentos expõe os condenados a celas cuja lotação máxima muitas vezes é ultrapassada, onde os mesmos se encontram sem a menor condição de salubridade e subsistência, em iminente desobediência ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A Lei de Execuções Penais determina que cabe ao Estado prestar assistência ao condenado e a forma pela qual essa assistência será prestada. Porém, na maioria dos estabelecimentos prisionais, instituições penais nas quais as penas podem ser cumpridas, esses dispositivos legais não são aplicados. Diante da realidade vivenciada nos estabelecimentos prisionais e descumprimento pelo Estado dos dispositivos legais vigentes em nosso ordenamento jurídico, cujo objetivo de punir e recuperar, surgiu a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) com a finalidade de humanizar a execução penal, sem perder de vista o caráter punitivo da pena. Neste sentido a não aplicação dos preceitos legais no sistema prisional convencional, gera a violação de direitos dos condenados e como consequência a sociedade sofre com a situação de insegurança trazida pelo alto nível de reincidência criminal proveniente do fracasso da recuperação do condenado não sendo proporcionado ao mesmo o necessário para ser inserido novamente no convívio social. Assim, analisa-se: A APAC, uma instituição civil que atua como método moderno acatado pelo Poder Judiciário propondo-se a cumprir a finalidade da pena, garantindo os direitos dos condenados, inserindo novamente os mesmos na sociedade recuperados e promovendo como fim último segurança social, num contexto social e em obediência ao aparato legal, pode auxiliar o Estado diante do caos que se tornou o Sistema Penitenciário Brasileiro.

Palavras-chave: Pena. Método APAC. Recuperação do Condenado.

ABSTRACT

Currently the Penitentiary System Conventional largely of their establishments exposes inmates to cells whose maximum capacity is often exceeded, where they find themselves without any health condition and livelihoods in imminent disobedience to the provisions of the Constitution of the Federative Republic of Brazil 1988. The Sentence Law provides that the state must assist the condemned and the way in which this assistance will be provided. But in most prisons, penal institutions in which penalties may be fulfilled, these legal provisions are not applied. Faced with the reality experienced in prisons and state breach of the legal provisions in force in our legal system, which aims to punish and recover, came the Association for the Protection and Assistance of the Damned (APAC) in order to humanize the penal execution, without losing sight of the punitive nature of the penalty. In this sense not applying legal precepts in the conventional prison system generates a violation of rights and condemned as a consequence society suffers from insecurity brought on by the high level of recidivism from the failed recovery of the convict not being provided at the same needed to be put back into social life. Thus, we analyze: The APAC, a civil institution that acts as an integral part of justice, proposing to fulfill the purpose of punishment, guaranteeing the rights of convicted by reinserting them into society and promoting recovered as the ultimate social security in a social context and in obedience to the legal apparatus, can assist the State in the face of chaos that became the Brazilian prison system.

Keywords: Pena. Method APAC. Convicted recovery.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. - Artigo

CP – Código Penal;

Vol. – Volume;

Ed. – Editora;

Rev. – Revisada;

Ampl. – Ampliada;

Atual. – Atualizada;

p. – Página;

Rel. – Relator;

Nº. – Número;

CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988;

CP – Código Penal;

LEP – Lei de Execuções Penais;

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito;

DF – Distrito Federal;

ONG – Organização Não Governamental

STJ – Superior Tribunal de Justiça;

CRS - Centro de Reintegração Social;

CSS - Conselho de Sinceridade e Solidariedade;

CTC - Comissão Técnica de Classificação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	12
2.1 Origem do sistema prisional brasileiro	12
2.1.1 Estabelecimentos prisionais	16
2.2 Crise no sistema prisional brasileiro	18
2.2.1 Problemas encontrados nos estabelecimentos prisionais	18
3 LEI DE EXECUÇÃO PENAL	22
3.1 Finalidade da pena	23
3.2 Assistência ao condenado	24
3.3 Efetividade da LEP	28
4 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA AOS CONDENADOS	31
4.1 Recuperação e reintegração social dos condenados	35
4.2 Elementos fundamentais	36
4.2.1 Participação da comunidade	37
4.2.2 Recuperando ajudando o recuperando	38
4.2.3 Trabalho	39
4.2.4 Religião	40
4.2.5 Assistência jurídica	41
4.2.6 Assistência à saúde	42
4.2.7 Valorização humana	43
4.2.8 A família	44
4.2.9 O voluntário e sua formação	45
4.2.10 Centro de reintegração social - CRS	46
4.2.11 Mérito	47
4.2.12 A jornada de libertação com Cristo	48
5 DA RECUPERAÇÃO DO CONDENADO	50
5.1 Dever do Estado: prover a recuperação do condenado	50
5.2 Comparativo: estabelecimentos prisionais convencionais x APAC	53
6 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60